

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.587 - PR (2019/0210362-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : VALDECIR WAGNER  
**ADVOGADO** : IVERALDO NEVES - PR053697  
**AGRAVANTE** : EDSON CLAUMANN  
**ADVOGADO** : JULIANA FABYULA ZANELLA CLAUMANN - PR048210  
**AGRAVADO** : T. S. DUARTE MAGALHAES - COMERCIO DE ALIMENTOS  
EIRELI  
**AGRAVADO** : IVAN BEIRA MAGALHAES  
**ADVOGADO** : IJAIR VAMERLATTI - PR014928

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por **EDSON CLAUMANN (segundo agravante)** contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

i) incidência da Súmula 7/STJ em relação à alegada violação do art. 373, I, do CPC/15, dos arts. 28, 29, 34 e 192, do CTB e dos arts. 186, 927 e 945, do CC/02, bem como quanto à responsabilidade do empregador;

ii) incidência da Súmula 7/STJ em relação à alegada divergência jurisprudencial;

iii) ausência de violação dos arts. 11 e 489, II e III, §1º, I, II, IV e VI, do CPC/15; e

iv) incidência da Súmula 83/STJ quanto à alegada violação dos arts. 884 e 950, do CC/02, tendo em vista a consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior em relação ao pagamento de pensão mensal vitalícia nos casos de invalidez permanente.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 83/STJ

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto

# *Superior Tribunal de Justiça*

na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 1158/1159) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora